



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ACOMPANHAR O PROCESSO DE MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DAS EMPRESAS PÚBLICAS, AUTARQUIAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA ANUNCIADAS PARA SEREM PRIVATIZADAS OU EXTINTAS PELO GOVERNO FEDERAL

I- COMPOSIÇÃO

- Erika Kokay (Coordenadora)
- Daniel Almeida (Vice Coordenador)
- Vicentinho (Relator)
- Leonardo Monteiro – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios;
- Zé Carlos- Presidente da Frente Parlamentar em defesa dos bancos públicos

II- OBJETIVO

A criação de Grupo do Trabalho na CTASP destina-se a discutir e acompanhar passo a passo todo o processo que envolve a manutenção dos postos de trabalho e dos direitos que assistem aos(às) trabalhadores(as) das empresas públicas, sociedades de economia mista e outras, que foram ou estão sendo incluídas na política de privatização, extinção, fusão e outorga do governo federal, bem como traçar estratégias contra essa malfadada política privatista do atual desgoverno.

Neste sentido, o grupo se propõe a traçar um diagnóstico sobre como as privatizações afetam drasticamente a vida dos(as) trabalhadores(as), a economia, ao incidirem diretamente no fechamento de postos de trabalho, e suas consequências para a soberania e o desenvolvimento nacional. Para tanto, o GT trabalhará a partir da real situação das empresas ameaçadas por tal processo

Segundo dados amplamente divulgados, aproximadamente 120 mil empregados(as) podem vir a ser prejudicados(as). Estamos falando de profissionais que adentraram ao serviço público mediante concurso, a exemplo de quem trabalha na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária **INFRAERO**, que conta com 10 mil trabalhadores orgânicos e cerca de 11 mil terceirizados; nos **CORREIOS** - 105 mil funcionários; Federal de Processamento de Dados (**SERPRO**) – cerca de 9,2 mil funcionários; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (**DATAPREV**) – cerca de 3,6 mil funcionários; Telecomunicações Brasileiras (**TELEBRAS**) – 503 funcionários; Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Avançada (**CEITEC**) – 192 funcionários; a **ELETOBRAS**, com 13.795 funcionários, está ameaçada de privatização; dentre outras.

Assim, torna-se fundamental que o GT estabeleça um canal para o devido acompanhamento dos trâmites que envolvem as privatizações, inclusive para fiscalizarmos todas as decisões que venham a ser tomadas por tais empresas, bem como para que se estabeleça a negociação permanente com as entidades representativas da classe trabalhadora. Indubitavelmente, qualquer processo de privatização, fusão, extinção e outorga de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras, não pode ser levado adiante alijado do amplo e profundo debate com o conjunto de trabalhadores(as) e com a sociedade em geral. Do contrário, configura ato irresponsável e altamente lesivo que pode resultar em consequências potencialmente danosas ao patrimônio público, além de comprometer a soberania, a segurança e a economia nacionais, isto sem falar que essas medidas ameaçam de forma ainda mais drástica a qualidade dos serviços públicos prestados aos(às) cidadãos(ãs).

III- CONSELHO CONSULTIVO

Propõe-se a criação de um conselho consultivo no âmbito do GT composto por entidades representativas dos(as) empregados(as) e servidores(as) das empresas alvo da política de desestatização, extinção, fusão ou outorga do governo federal, a fim de colaborarem nas propostas, discussões e encaminhamentos dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo colegiado. O objetivo é auxiliar o GT na formulação das estratégias para a proteção dos empregos e sugerir ações como, por exemplo, realização de audiências públicas e diligências.

IV- PLANO DE TRABALHO

- ✓ Construir uma agenda. Sugestão de reuniões (definir periodicidade). Enquanto não for possível a participação presencial de membros, convidados e espectadores, as reuniões poderão ocorrer em plataforma virtual a ser organizada pela assessoria da Coordenação com o auxílio da Comissão de Trabalho;
- ✓ Campo temático – Traçar um panorama sobre o status do processo de desestatização em cada uma das empresas. Definir se a abordagem se dará caso a caso, dada a natureza de cada uma das empresas e o vínculo funcional dos(as) empregados(as) e servidores(as);
- ✓ O GT poderá propor a realização de reuniões, visitas técnicas, diligências, audiências públicas, dentre outras ações que considere apropriadas para a consecução dos seus objetivos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- ✓ Relatoria - Poderão ser designados relatores-setoriais a fim de colaborar com a realização do relatório final a cargo do deputado Vicentinho. O Grupo de Trabalho será composto com a colaboração de Consultor Legislativo do quadro da Câmara dos Deputados, Wellington Antunes.

V- PRIMEIRA REUNIÃO DO GT – 15/10/2021

O GT realizou sua primeira reunião via plataforma Zoom no dia 15/10/2021, às 15h. A Deputada **ERIKA KOKAY (PT/DF)**, **Coordenadora do GT**, iniciou os trabalhos agradecendo a participação de todos(as). Falou brevemente sobre os objetivos e a composição do colegiado, as motivações para a criação do grupo no âmbito da Comissão de Trabalho face ao processo de desmonte das empresas públicas e do serviço público; contextualizou a situação política e econômica vivida no país, e a necessidade de se construir uma ampla mobilização para barrar os ataques do governo ao patrimônio público e aos trabalhadores e trabalhadoras. Falou ainda da importância de o GT dispor de um Conselho Consultivo composto entidades representativas dos(as) trabalhadores(as). Solicitou aos presentes na reunião que se manifestassem e indicassem nome e contato para o conselho.

Participaram da reunião **RACHEL NUNES**, empregada concursada **da Petrobras Biocombustível**. Destaca que a empresa é uma subsidiária integral da Petrobras. A empresa está sendo privatizada, com previsão de assinatura do contrato da venda agora em novembro de 2021. Afirmar que outro exemplo de reaproveitamento de empregados públicos é o caso da CBTU. A privatização da Rede Ferroviária Federal em 1996 é um exemplo de que a privatização gera desemprego; **IRAN CEARÁ (SINDIPETRO-CE/PI)**, que manifestou preocupação ao dizer que o GT aparentemente estaria voltado para o acompanhamento da manutenção dos empregos e não ao enfrentamento do processo de privatização, ao que a Coordenadora esclareceu que o foco do GT é atuar contra todo e qualquer privatização e que um dos objetivos do colegiado é também discutir estratégias para barrar esse processo; **VIVIAN CASTRO (Petrobras Combustíveis)**, destacou que a venda dessa empresa será com sucessão trabalhista, ou seja, os empregados serão "vendidos" juntos. Alguns empregados da Petrobras Biocombustível estão adoecidos pela falta de informação, assédio e conduta antiética da empresa. A maioria dos empregados da PBIO esteve cedida na holding e outras empresas do sistema e na própria administração pública direta; **LUCAS TEDESCO (funcionário da CEITEC)**, afirma que a empresa já se encontra em liquidação e demitindo. Sugere que o GT realize reunião ou audiência para tratar da situação; **ANA BEATRIZ (Petrobras Combustíveis)**, lamenta que o braço Verde da Petrobras está sendo extinto, que a Petrobras Biocombustível está sendo vendida e os concursados estão sendo colocados no "pacote" da venda. Isso aconteceu também com centenas de colegas da BR Distribuidora. Acrescenta que a PBIO tem unidades na Bahia, Minas Gerais e Ceará. Com a possível venda, a agricultura familiar e outras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

diversas políticas estarão ameaçadas. **FABIOLA LATINO (STIU-DF Coletivo Nacional dos Eletricários)**, destacou a importância do GT como instrumento para se contrapor às ações do executivo federal. No que tange à Eletrobras, informou que a medida provisória que viabiliza a privatização empresa (MPV 1031/2021) foi sancionada com vetos pelo governo. Essa aprovação representa uma clara tentativa de se transferir para a iniciativa privada o controle da maior empresa de energia elétrica da América Latina. Ressaltou os impactos da privatização dos setores de energia e saneamento para a população brasileira, chamando atenção para o risco de aumento da energia elétrica caso a privatização da Eletrobras se concretize; **SÂNIA BARCELOS REIS, da Ceasa Minas / Sindsep-MG**, saudou a instalação do GT, pontuando os ataques privatistas do governo; **AMANDA CORCINO - Fentect/CUT BRASIL – Federação dos Trabalhadores dos Correios**, fez um breve relato sobre a mobilização que a categoria tem feito no Senado para tentar barrar a aprovação do Projeto de Lei n.591/2021, que autoriza que os serviços postais possam ser explorados pela iniciativa privada, inclusive os prestados hoje em regime de monopólio pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), estatal 100% pública; **DANIEL Sindimetro – MG**, saudou a iniciativa do GT. Informou ainda sobre a constituição da Frente Parlamentar Metroferroviária, Coordenada pelo deputado Rogério Correia (PT/MG), que considera fundamental na luta contra a privatização do transporte público de Minas Gerais; **Deputado ZÉ CARLOS (PT/MA)**, enfatizou a urgência de todos os setores da sociedade se organizarem para derrotar o projeto privatista do governo federal, ao mesmo tempo em que se colocou à disposição como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos; Participaram ainda da referida reunião **WAGNER Sindipetro CE-PI**; **MARCELO - Petrobras Biocombustível**; **Alda Lúcia Fernandes dos Santos - FENAMETRO (Federação Nacional dos Metroviários)**; e **CLOVIOMAR CARARINE, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)**; **JERÔNIMO GUEDES (Consultor da Advocacia Garcez)**; e **FRANCISCO NERI (Assessor do mandato da Deputada Erika Kokay)**. **O deputado Vicentinho (PT/SP)** justificou ausência.

VI – ENCAMINHAMENTOS

- 1- Criar grupo de *whatsapp* com as representações interessadas em constituírem o Conselho Consultivo do GT;
- 2- Agendar reunião com os membros do Conselho para discutir iniciativas e propostas para o desenvolvimento dos trabalhos do GT, bem como a serem posteriormente debatidas com o relator, deputado Vicentinho (PT-SP).